

ONDE ERRAMOS

Historiografia e auto-crítica das guerrilhas do Cone Sul

Geison Siqueira Tavares da Cruz
(UFRRJ)

INTRODUÇÃO

Entre os anos sessenta e setenta, os países do cone sul (Brasil, Uruguai, Argentina e Chile) compartilharam uma história de golpes de estado e de sangrentas perseguições aos que se opuseram aos novos governos. Como não podia deixar de ser, cada país teve peculiaridades no seu regime ditatorial e qualquer generalização e comparação, não conseguiria alcançar toda a complexidade de cada caso.

Entretanto, não se pode ignorar os pontos de contato entre esses quatro países. A oposição à ditadura era baseada principalmente em partidos e/ou movimentos de esquerda. Em todos os países do cone sul, a guerrilha foi uma escolha, às vezes iniciadas anteriormente ao governo de exceção. A repressão das ditaduras foi responsável pela prisão e morte de muitos membros desses movimentos, que ao pegarem em armas, foram responsáveis por roubos e assassinatos que visavam minar o poder das ditaduras.

Tal histórico de participação na guerrilha urbana não é raro entre muitos historiadores que escreveram sobre o período das ditaduras, seja no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. O marxismo era (e continua sendo) muito forte dentro da academia e grande parte da historiografia latino americana tem influência direta ou indiretamente de Marx e do comunismo .¹

Isso não quer dizer que autores que participaram dos grupos revolucionários não podem escrever sobre os acontecimentos que vivenciaram. Tal afirmação estaria ignorando grandes trabalhos de ex-guerrilheiros por toda a América Latina. Ao mesmo tempo não se pode ignorar que muitos objetos de pesquisa estudados por historiadores estão intimamente conectados com questões ideológicas bem pessoais.

Dessa forma, a busca pelas razões do fracasso dos grupos revolucionários, é uma constante entre os historiadores sul americanos. Os próprios grupos de esquerda, ou pelo menos uma boa parte deles, fizeram uma avaliação posteriormente à “derrota”

¹ Ver mais em VILLABOY, Sergio Guerra. Os fundamentos da historiografia marxista na América Latina. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: EDUSC, 2008

que procurava admitir as falhas dos movimentos no processo revolucionário.

Tais trabalhos expressam como uma considerável parte da historiografia sobre a ditadura tem na América Latina um caráter marcadamente ideológico. Mais que um estudo histórico que visa entender movimentos civis importantes durante a ditadura, alguns trabalhos parecem clamar amargamente “Onde erramos?”. A pesquisa em questão procurará perceber como a experiência da ditadura militar não afetou apenas a historiografia latino americana, mas também as perguntas que tal historiografia deveria responder.

No primeiro capítulo, se discutirá a tensa relação entre historiografia, memória e trauma. A história produzida na América Latina sobre as ditaduras militares tem na memória e na oralidade, fontes historiográficas essenciais para a discussão do tema. Pensando o uso da história oral e analisando a ideia de um dever da memória a favor dos perseguidos pelos regimes, procura-se entender os caminhos que a historiografia sobre o assunto percorreu.

Para tal discussão alguns conceitos de Paul Ricoeur sobre narração assim como o trabalho de María Inés Mudrovic sobre os desafios do estudo do tempo presente e do uso da memória. A historiografia sobre as guerrilhas no cone sul será amplamente discutida e comentada, como os trabalhos de como os de R.Gillespie ² na Argentina, Denise Rollemberg Jacob Gorender e Daneil Aarão Reis no Brasil, de Eugenia Palieraki sobre o MIR chileno e Clara Aldrighi sobre os Tupamaros.

O segundo capítulo procura dar enfoque à guerrilha urbana, para tanto, foi escolhido um grupo de cada país, a saber: os Montoneros, MR-8, MIR e os Tupamaros, procurando perceber como a derrota dos movimentos foram entendidos pelos remanescentes e pela historiografia. Outros grupos poderiam ter sido eleitos para a pesquisa mas a importância de tais guerrilhas nos países em questão, além da quantidade de trabalhos historiográficos referentes a eles(principalmente no caso do MR-8), tornaram a escolha menos traumática.

A linha tênue (as vezes inexistente) entre a autocrítica do grupo e os trabalhos historiográficos sobre o tema é uma clara amostra do quão delicado é para antigos militantes buscar uma significação para suas experiências e como isso influencia o estudo do tema. A divisão proposta entre autocrítica e historiografia, possui um caráter

2 Richard Gillespie é um autor inglês, mas viveu na Argentina. É o autor de “ Historia critica dos motoneros”

quase didático, sendo mais uma estrutura textual do que uma verdadeira separação. O terceiro capítulo procura analisar os trabalhos acadêmicos sobre a derrota da esquerda.

O presente trabalho não busca entender os motivos da derrota dos guerrilheiros e muito menos opinar o que eles poderiam ter feito de diferente. Reduzir a História a causas e consequências diretas é algo pouco apropriado e somente uma pesquisa extensa e exaustiva poderia ter a pretensão de percorrer esse caminho tortuoso e mesmo assim com poucas chances de sucesso. O objetivo nesse caso é procurar entender como os grupos e a historiografia entenderam e avaliaram o desmantelamento movimentos armados de esquerda e como tal “trauma” influenciou na feitura de trabalhos sobre o tema.

1 – Memória e ditadura

No estudo das ditaduras militares, assim como em toda história do presente-termo com uma conceituação polemica- A história oral e a memória são, mais que ferramentas, o cerne dos objetos pesquisados. A ideia que restringe fonte historiográfica a documentos escritos já está mais que superada, dada a amplitude de trabalhos consagrados cujo o objeto foi estudado através de fontes variadas.

Mas, existe uma distância considerável entre defender a importância da história oral e memorialismo dentro da disciplina história e ser apenas um refém deles. Quando o testemunho é transformado em algo incriticável e infalível, a história perde uma de suas características mais importantes: o espaço para o debate. Quando uma discussão não prossegue após alguém afirmar “Esses foram os fatos, porque eu estava lá”, a disciplina História perde a razão de existir.

A memória é um tema estudada por várias áreas do conhecimento humano, entre elas, a neurobiologia, as ciências cognitivas, a psicologia, a sociologia, a antropologia e claro, a história. A relação da memória e história não é de oposição mas é tortuosa. A rememoração do passado não é uma escolha, e sim uma realidade humana. O testemunho no entanto não pode fugir das premissas impostas pelo presente da enunciação. Segundo Sarlo:

O passado é sempre conflitante. A ele se referem, em competição, a memória e a história, porque a história nem sempre pode crer na memória, e a memória desconfia

Em um processo de disputa de memória, indivíduos procuram uma construção social do passado e negociam entre aspectos de sua memória individual e a memória coletiva que desejam enquadrar. Neste processo, atualizam os conflitos vividos no passado, e marcam suas memórias com o presente que vivem.

A verdade absoluta é uma busca utópica para o historiador. A impossibilidade de alcançá-la, não deve porém, furtar o pesquisador de escolher fontes, trabalhar com honestidade e de travar debates sobre o assunto. Usando as palavras de Paul Ricoeur (2000, p.56) sobre a sua teoria tríplice mimesis: “manter o ideal científico do historiador e seu afã por encontrar a verdade, conciliando-o, por sua vez, com seu caráter fundamentalmente narrativo” A visão de qualquer indivíduo ligado diretamente com o objeto estudado, deve ser levada em conta e discutida, mas nunca ser tornar uma clausula pétrea na discussão

Como escreve Mudrovcic (2014), as reconstruções historiográficas do passado, e o uso do plural nesse termo é indispensável, normalmente entram em disputa com os discursos das memórias individuais e sociais que estendem pontes de sentido entre o passado e o presente. Mesmo sendo quase um ponto pacífico na historiografia contemporânea que o historiador não possui a onipotência - para a tristeza de muitos - de expressar um “passado verdadeiro”, a busca pela construção de uma determinada narrativa, principalmente sobre fatos delicados para a sociedade que o cerca, costuma ser cheia de percalços

O dever da memória é um assunto bastante controverso dentro da história. Tal debate não envolve somente academia em si, mas movimentos sociais conflitantes, que procuram influenciar o presente com a legitimação de um passado que contemple suas demandas. E nesse ponto, questões vitais devem ser respondidas. Qual é o dever social do historiador? Um historiador possui um dever social?

Não existe uma resposta fácil para essas questões. Mas o que deve ser levado em consideração é que mesmo com todas as questões levantadas até aqui sobre narrativa, impossibilidade de alcance de uma verdade absoluta e armadilhas sobre o

dever da memória, o historiador é parte integrante da sociedade em que vive, e portanto apto a influenciar e ser influenciado.

A memória, individual ou coletiva é parte integrante da vida de um ser humano, assim como existência de debates e questões que se referem ao corpo social em que o indivíduo se insere. A impossibilidade de apreensão concreta do passado não diminui as injustiças sociais ocorridas no passado e no presente, nem o sofrimento daqueles que viveram uma situação catastrófica causadora de um trauma posterior.

Portanto, faz-se necessário analisar mais detidamente os discursos dos militantes, assim como as nuances de cada grupo escolhidos: os Tupamaros no Uruguai, os Montoneros na Argentina, o MIR chileno, e o MR8 brasileiro, que serão estudados no capítulo a seguir.

2 - Guerrilhas e autocríticas

2.1 Surgimento das guerrilhas

A década de 1960, foi uma década de intensas mudanças na América Latina. O impacto profundo produzido pela Revolução Cubana e sua evolução ao socialismo, trouxe consequências profundas para os países da região, gerando esperanças em partidos e movimentos de esquerda e medo aos governos conservadores e aos Estados Unidos, que via o comunismo tão próximo ao seu quintal.

As primeiras organizações revolucionárias do início dos anos sessenta foram centradas em áreas rurais, quer pela estratégia foquista (Venezuela, Peru e Bolívia), quer guerra popular prolongada (Colômbia, Guatemala, El Salvador, Nicarágua) Entre as organizações mais conhecidas, podem-se destacar a Frente Sandinista (FSLN) na Nicarágua, o MIR e as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) na Venezuela; as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) na Guatemala; MIR e Exercito de Liberación Nacional (ELN), no Peru e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC). No Brasil houve a criação das Ligas Camponesas, antes do golpe militar em 1964. Os Montoneros, MIR e Tupamaros, na Argentina, Chile e Uruguai respectivamente também foram criados antes das ditaduras nesses países. Isso não significa, porém que eles não tenham sido perseguidos anteriormente ao regime exceção. Foi, porém, com a ditadura em voga que o estado deu prosseguimento ao uso da doutrina de segurança

nacional

O trabalho de Enrique Serra Padrós apresenta de maneira clara o uso da doutrina de segurança nacional pelos estados ditatoriais no cone sul. O que ele chama de ‘terror de estado’ foi o responsável pela violenta perseguição que grupos de esquerda, armados ou não sofreram durante os anos 60 e 70 na América Latina, Segundo Padrós (2005).

Na “teoria dos dois mundos inimigos” (mundo comunista bárbaro versus mundo livre ocidental e capitalista), fundamentação maior da bipolaridade planetária, a DSN identificou a América Latina como parte integrante do segundo. A detecção da presença da “peste” comunista no tecido social da região, justificou a ideia de guerra interna e total.¹¹³ Todos os recursos disponíveis foram canalizados para tal fim: a destruição do inimigo invisível que apodrecia organismo estatal, criava o pânico junto à população e lembrava que a infecção não era externa à nação, mas estava dentro dela.(PADRÓS,2005,P.185)

Dentro dos quatro países a doutrina de segurança nacional foi feita com esmero e dedicação. Toda a sociedade sofreu com ela através da censura, fim da democracia e repressão. Os grupos armados, entretanto, foram ainda mais ferozmente perseguidos e a trajetória da guerrilha foi marcada por esse enfrentamento desigual.

2.2 TUPAMAROS

O Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T), foi um grupo guerrilheiro marxista-leninista uruguaio de guerrilha urbana, que operou nas décadas de 1960 e 1970, antes e durante a ditadura civil-militar no Uruguai que diferente dos outros países do cone sul, foi instalada pelo próprio presidente eleito, Juan Maria Bordabery

Em 1969, o grupo realizou o roubo do cassino San Rafael em Puntadel Leste e no ano seguinte sequestram, e depois executaram, Dan Mitrione, um agente americano do FBI que servia de ponte entre os EUA e os países latino americanos. Os tupamaros foram bastante efetivos militarmente nos primeiros dois anos da década de 70, provocando fuga de prisões, cometendo assaltos e executando vários membros do alto escalão da polícia e do governo uruguaio, que se nesse momento ainda não era de fato ditatorial, reprimia o movimento de forma muito violenta.

No dia 14 de abril de 1972, o MLN-T promoveu uma grande ação contra o "esquadrão da morte", o grupo de militares e políticos que respondiam pela repressão contra os Tupamaros. Nessa ação quatro execuções ocorreram, entre elas a do político colorado Armando Costa Y Lara.

Entre os tupamaros a ofensiva do dia 14 de abril de 1972, orientada pela avaliação de que havia necessidade de intensificar o confronto é motivo de debate. Apesar da liderança da época posteriormente defender a importância dos ataques, a maioria dos guerrilheiros tupamaros, assim como parte da historiografia uruguaia³, considera que a decisão causou a derrota do grupo.

Os meses posteriores foram de derrotas seguidas que quase acabaram com os Tupamaros como grupo organizado. Líderes do movimento como Raúl Sendic, Eleuterio Fernández Huidobro, Mauricio Rosencof e José Mujica, foram todos presos e os poucos que escaparam tiveram que ir para o exílio, primeiro para a Argentina (local em que foram perseguidos pela posterior ditadura argentina pela cooperação entre os países participantes da operação Condor) para o Chile (ainda sobre o governo de Allende) ou para a Europa.

Os remanescentes do grupo, ainda em 1972, escolheram uma reunião em Viña del Mar para fazer uma autocrítica sobre os acontecimentos. A conclusão foi que o movimento deveria caminhar para tornar-se um partido de classe, mais próximos da massa e com menos enfoque no militarismo.⁴

Os tupamaros diminuíram sensivelmente suas ações armadas e ainda antes da ditadura ser instaurada, pelo próprio presidente eleito, tornou-se cada vez menos como uma guerrilha. O fim da ditadura, trouxe a libertação de muitos presos políticos entre eles Pepe Mujica e Raúl Sendic. Os dois e mais dezenas de militantes passaram mais de uma década presos. A libertação de alguns líderes originais do grupo, causou uma nova leva de perguntas e respostas sobre a turbulenta trajetória dos Tupamaros. Se em 1971, os Tupamaros eram contra uma união da esquerda Uruguaia para as eleições "Por lo tanto, no creemos, honestamente, que en el Uruguay, hoy, se pueda llegar a la revolución por las elecciones. No es válido trasladar las experiencias de otros

3 FERNANDES, Ananda. PADRÓS, Enrique. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973), UFRGS, 2009. NAHUM, Benjamín. Manual de Historia del Uruguay 1903-1990. Montevideo: Banda Oriental, 1995 entre outros.

4 Documento "Montonero para el Pueblo." En <http://www.librevista.com/en-la-izquierda-se-hiberna.htm>

países.”⁵ Em 1986 passaram a integrar a Frente Ampla:

En su sesión del 2 de marzo de 1986, el Comité Central del MLN(T) dio fin a su prolongado y estudioso análisis del tema de su ingreso formal al FA, resolviendo su inmediata solicitud de ingreso.⁶

Aparentemente os quinze anos de prolonga análise foram necessários para que o grupo aprovasse a busca pelo poder através do sistema eleitoral.

Cultelli (2009), importante dirigente dos Tupamaros, fornece sua opinião sobre os caminhos do movimento. Em seu livro “revolución necesaria” o autor afirma que a derrota da guerrilha não foi devido a onipotência das forças ditatoriais e sim por erros estratégicos dos próprios tupamaros.

O livro escrito já próximo do final da vida de Cultelli, parece ser mais que só um trabalho de memória, e sim uma busca pela continuação dos ideais tupamaros, já participantes da Frente Ampla de Esquerda e inclusive elegendo um presidente, Pepe Mujica. A busca de falhas nesse caso tem um objetivo muito claro, e não funciona como um exercício historiográfico de utilidade questionável. Mais do que uma crítica posterior estéril, a obra procura traçar um projeto para o futuro dos tupamaros e entender o caminho percorrido

2.3 MONTONEROS

Os Montoneros foram uma organização político-militar e de guerrilha urbana. As raízes do movimento podem ser encontradas na década de 1960, na confluência de militantes do Movimento Nacionalista Tacuara, a Agrupação de Estudos Sociais de Santa Fé e integralista de Buenos Aires. Possuíam uma grande ligação com o Peronismo e até mesmo com a igreja católica, pelo menos anteriormente ao golpe de 1974. Os Montoneros, já haviam pegado em armas antes mesmo da imposição da ditadura militar. Em 1970, o sequestro e assassinato do general Pedro Eugenio Aramburu, um dos integrantes da Revolução Libertadora, uma sublevação cívico-militar que em 1955 derrocara o segundo governo constitucional peronista, foi um dos primeiros atos militares do grupo.

5 El MLN – T. Sobre el frente Amplio. 5 febrero 1971
http://www.archivochile.com/America_latina/JCR/MLN_T/tupa_de/tupade0010.pdf

6 El MLN- Tupamaros al Plenario del Frente Amplio. 11 abril 1986 em
http://www.archivochile.com/America_latina/JCR/MLN_T/tupa_de/tupade0010.pdf

A luta armada entre os Montoneros e as forças armadas, começou antes do golpe militar ocorrido oficialmente em 24 de março de 1976. O governo de Isabel Perón estava enfraquecido e o grupo armado já estava na clandestinidade desde 1974⁷. Depois do golpe, o isolamento e o intenso aparato repressor desbarataram o grupo. Rodolfo Walsh, jornalista, escritor do famoso livro Operação Massacre, Montonero, e posteriormente preso e morto pela ditadura, julgava que guerrilha inspirada em Cuba ou em qualquer outro país não funcionava na Argentina. Em um documento para a liderança do movimento, afirmava:

Si eso no se tiene en cuenta, la literatura china o vietnamita no nos sirve, porque tiende a confundir nuestra lucha social con una guerra colonial, en la que la organización en Movimiento, Frente, Partido y Ejército tiene sentido porque se presupone la unidad del pueblo detrás de su conducción y contra el invasor extranjero. Nosotros en cambio tenemos que empezar por ganar la representación de nuestro pueblo a partir de los elementos con que contamos.⁸

O escritor, no mesmo documento, aponto alguns erros da condução da guerrilha pelos Montoneros. Tais críticas são uma constante em todos os documentos posteriores dos movimentos armados do cone sul. Walsh defendia

A pesar de los golpes recibidos y de las rectificaciones del documento, seguimos triunfales. Decidimos el fracaso total de los planes del enemigo y seguimos subestimándolo. Esto es muy grave y pensamos que en el fondo obedece a la incomprensión sobre nuestra propia historia. Trataremos de ejemplificarlo: al no reflexionar sobre las causas de nuestro crecimiento espectacular y nuestra representatividad popular en los años que van de 1970 a 1974-75, llegamos a pensar que no obedece a que actuamos correctamente, y con propuestas comprendidas y aceptadas por el pueblo, sino a que nosotros somos geniales, y si somos geniales es accesorio que acertemos o nos equivoquemos. Todo lo que hagamos estará bien. Esto lo notamos en documentos como el último Montonero de 1975 y en la persistente ausencia de autocrítica⁹

Muitos foram mortos ou presos e a maioria dos sobreviventes fugiu para o México e Europa. As ações diminuiriam até quase desaparecer ao fim da ditadura. O enfraquecimento da guerrilha é um tema caro para a historiografia argentina e que causa acalorados debates. A busca pelos motivos passam por questões internas e externas, como traições de militantes e força da repressão militar.

7 Revista Oficial dos Montoneros. "Evita Montonera" em <http://www.ruinasdigitales.com/revistas/Evita%20Montonera%2012.pdf>

8 Documento de Rodolfo Walsh a la Conducción Nacional de Montoneros <http://elhendrix.com.ar/docwalshmontoneros.pdf>

9 Idem.

Sobre os Montoneros, Zeitler Varela faz um questionamento sobre a opinião dos participantes da guerrilha argentina e suas opiniões contrastantes sobre traições internas e seus desdobramentos.¹⁰ Enquanto certos membros consideram que a entrega dos planos futuros do grupo pelos participantes presos foi o responsável pela derrota, outros entendem que a derrota já era eminente e que torturados não podem ser considerados traidores.

Varela¹¹ usa as palavras de Ignacio Velez, um dos fundadores dos Montoneros, detido em 1970 sobre as dificuldades sofridas no cárcere e sobre a violência psicológica que era participar da luta armada, seja participando de assaltos ou “justiciamentos”.

A entrevista com Varela, traz uma pergunta que segundo a autora é comum entre os membros Montoneros sobreviventes. “¿No nos habremos equivocado desde el primer momento?”¹². A autora em seu texto baseado no documentário “Montoneros, una historia”, torna claro como essa pergunta parece ecoar em outros militantes. Nem todos acreditam na tese da subestimação das forças do exército. Em uma entrevista, o Montonero Roberto Perdia afirmou que o erro original do grupo foi entrar na clandestinidade muito cedo. Para ele, isso tirou certa legitimidade do grupo, pois deu uma impressão de fraqueza .

Tal qual o caso dos Tupamaros, após o fim da ditadura, alguns membros dos Montoneros foram soltos ou voltaram do exílio e ocuparam cargos políticos no país, principalmente nos governos dos Kichner. ¹³ Grupos de familiares de desaparecidos , principalmente as Madres de Plaza de Mayo e o H.I.J.O.S (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio)¹⁴ foram e importantes agentes sociais nos julgamentos de militares durante as décadas de noventa e dois mil.

2.4 MIR

A criação do MIR, como na maioria dos países do cone sul, surge como uma

10 VARELA,Z.Dictadura y Traicion : Relatos de la sobrevivência desde ele documental montoneros, una historia em Dossier: “Coordinaciones represivas en el Cono Sur de América Latina (1964-1991)” en Taller (segunda época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, n1, 2012

11 Idem.

12 Ignacio Vélez, em Montoneros, una historia, minuto 11

13 METRAL, Andres. DE Kirchner a Peron.Villa Maria,Eduvim, 2010.

14 “Ahora bien, dentro de derechos humanos fueron creciendo en legitimidad pública aquellas organizaciones de afectados directos que, como decía anteriormente, estaban fundadas en vínculos de sangre con las víctimas del terror estatal” em RUA,Santiago. hijos de víctimas del terrorismo de Estado.”em Justicia, identidad y memoria en el movimiento de derechos humanos en Argentina, 1995-2008.Editora Hijos. Buenos Aires,2009.

alternativa de um grupo de esquerda diferente dos tradicionais (no caso chileno o partido comunista e o partido socialista) que historicamente buscaram o poder pela via eleitoral.

Essa “nova esquerda” que por toda a América era influenciada pela vitória do comunismo em Cuba, tinha um caráter mais revolucionário e menos reformista e no caso do MIR, começou sua atuação ainda na década de 60.

O processo de criação do MIR foi paulatino, mas foi no fim de 64 que a organização tomou forma com a união de organizações de esquerda como o Partido Socialista Popular, a Vanguardia Revolucionaria Marxista –Rebelde e o Movimiento de Fuerzas Revolucionarias. Entre os dias 14 e 15 de agosto de 1965 foi realizado o congresso que foi o marco fundacional do MIR.

Apesar do discurso, os primeiros anos do MIR não provocaram ações revolucionárias armadas. Apenas com a criação do Grupos Políticos Militares (GPM) que a estrutura militar começou a ser formada. O grupo passou a ter maior população em revoltas populares e greves. Ações mais ríspidas foram cometidas pelo grupo ¹⁵ e a polícia e exército chileno passaram a reprimir passeatas e reuniões de forma mais sistemática

Nas eleições parlamentaristas de 1969, a direção do MIR assumiu uma política contrária ao caminho eleitoral, apresentando o documento “¡NO a las elecciones único camino: Lucha armada!(SANDOVAL,1990).Curiosamente, apenas um ano depois, o grupo desviou-se desse caminho contrário a uma frente de esquerda a favor de um candidato de um partido tradicional. Em 1970, mesmo com restrições , o MIR apóia a candidatura de Salvador Allende. Segundo entende Calderon Lopez, o apoio veio com o entendimento que Allende era a escolha das massas, e que fazer campanha a favor do voto nulo, poderia favorecer os partidos de direita.

Os anos de 1975-76 foram complicados para a guerrilha. Durante esse período o MIR, como organização política , estava praticamente dizimada. Quase toda a diretoria estava no exterior e centenas de militantes estavam campos de detenção. E o mais grave: quatrocentos e vinte haviam sido mortos ou estavam desaparecidos

15 SANDOVAL A., Carlos. M.I.R. (Una Historia). Tomo I. Santiago: Sociedad Editorial Trabajadores, 1990.

No dia 19 de fevereiro de 1975, quatro conhecidos militantes do Mir, apareceram no horário nobre da “Television Nacional” entrevistados por Bernardo de La Maza, reconhecendo a derrota do MIR frente aos organismos públicos de segurança. Os quatro presos pela ditadura, detalharam a situação desastrosa do partido e proclamando o abandono das ações armadas contra o governo. “não queremos mais mortos ou presos. Continuar a resistência nessas condições é causar mais auto moléstias. (SANDOVAL, 1990, P 91)

Tal entrevista, ainda causa enorme discussão entre os Miristas. A liderança do MIR, considerou a fala dos companheiros presos como uma traição e declararam a condenação a morte dos quatro através da justiça revolucionaria. Posteriormente, após o fim da ditadura, os quatro não foram executados, mas suas ações continuaram sendo alvo de controvérsias.

2.5 MR8

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) foi criado como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro ainda em 1964. Entre nos anos de 1968-69 já como grupo de guerrilha urbana, foi quase completamente desbaratado pela ditadura brasileira. O MR8 e outros grupos brasileiros, como a ALN, praticava assaltos a banco e execuções com finalidades de enfraquecer a ditadura militar. Documentos da quinta região militar, enumeram vários assaltos e suspeitas de assassinatos cometidos pelo movimento.

O MR8 foi criado como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio universitário do Estado da Guanabara , a DI-GB , que se formou a partir de 1964.. A principal causa para a ruptura definitiva era a postura do PCB diante das eleições gerais propostas pelo governo ditatorial

Segundo Gorender (1987: p.167) o surgimento da sigla MR8 veio a partir de um detalhe curioso : O manifestos das ações do grupo, não poderiam vir com com a denominação de Dissidência Universitária da Guanabara. ”Dissidência de quê? Ficaria a interrogação para o público não iniciado. Qual outra denominação adotar?” (GORENDER, 1987: p.167).

Foi antes do sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, que talvez seja a ação mais famosa do grupo, que o grupo se auto denominou MR8, nome de

outro grupo guerrilheiro do Rio de Janeiro, como uma forma de ridicularizar o governo após o mesmo anunciar o fim. A ação furou a intensa censura da imprensa e provocou a anistia para o México de 15 presos políticos.

O sucesso da empreitada causa controvérsia entre ex-membros das guerrilhas brasileiras. Se em “o que é isso companheiro?” Fernando Gabeira caracteriza a ação como um relativo sucesso, para Gorender foi um motivo para o aumento da repressão, com mais ônus que bônus.” No livro “Combate nas Trevas” o autor parece criticar um “desencontro temporal” da esquerda O historiador, que militou no Partido Comunista, avalia que a luta armada deu “errado” porque começou tarde, em 1968, e não em 1964, quando os golpistas estariam desarticulados. “A concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável”

Na interpretação de Daniel Aarão, a luta armada pereceu porque “não houve um diálogo entre o projeto revolucionário e os movimentos sociais”. O historiador frisa que “as ações armadas, desfechadas desde 1967, não puderam constituir-se em expressão política de movimentos ou lutas sociais”.(REIS,1990) Nem sequer as propostas de enfrentamento que não fossem da luta armada, como as propostas de greves operárias e manifestações de massas, encontravam ressonância nas classes sociais

Mesmo que o sequestro tenha ocorrido em 1969, a guerrilha urbana no Brasil ficou bastante enfraquecida após uma nova onda de perseguição do estado. A maioria do grupo responsável pela ação foi presa ou morta até 1972. Os sobreviventes viveram na clandestinidade ou fugiram para o Chile, que naquele momento ainda vivendo sobre o governo socialista de Allende.

A estrutura interna das guerrilhas urbanas brasileiras também foi analisada posteriormente por seus membros. Carlos Eugênio Paz, ex militante da ALN, em seu livro Viagem a Luta Armada e chama atenção para o perfil militarista e autoritário dos grupos armados brasileiros que pareciam achar que apenas um exército conseguiria vencer o outro. “As organizações de esquerda tinham aspectos autoritários e alguns de seus militantes chegaram a envolver-se em obscuros casos de execução de supostos traidores.” (PAZ, 2000, P 235)

Em abril de 1971, o segmento baiano do MR-8 lança um documento chamado “O que fazer?”. Neste documento, a organização indica possibilidades de ação na luta

política após a experiência fracassada da luta armada.

O erro que nós cometemos foi ter um desvio militarista. Achar que um pequeno grupo pudesse substituir as massas e que as massas viriam pelo exemplo, se a massa viesse pelo exemplo, já não existiriam Bangladesh, já não existiriam mais sociedades injustas (O que fazer, p-1, 1971)¹⁶

Em 1976, ano em que a repressão ainda existia mas já era menos virulenta, o primeiro congresso do MR8, trouxe uma nova análise da conjuntura política. A luta armada, já agonizante, foi abandonada como uma necessidade para o estabelecimento de um programa socialista de revolução. Foi apresentado, na ocasião, o Programa Socialista para a Revolução Brasileira e a estratégia de construção de um Bloco Revolucionário baseado na capacidade hegemônica do proletariado (MR8,1980: p.51). A organização concluía que a classe trabalhadora não poderia estar sozinha na empresa da construção da sociedade socialista. Precisava contar com setores insatisfeitos da pequena burguesia. Nesse momento dissidências ocorreram no grupo, com a acusação de traição à ideologia revolucionária (DOS SANTOS,2014,p 39)

Dois anos depois, no II Congresso de 1979, o MR8 propôs uma frente popular para lutar por liberdades democráticas. Seus militantes passaram a atuar, nos sindicatos, nos movimentos sociais e na organização partidária Movimento Democrático Brasileiro (MDB) partido de oposição autorizado pela ditadura militar. Tal movimento à caminho da legalidade , permitiu que alguns integrantes do MR8 passassem a compor o PMDB após a abertura política em 1985.

CAPÍTULO 3 - Debate Historiográfico: causas para a derrota

Denise Rollemberg fornece uma pista que auxilia a entender a motivação de boa parte dos trabalhos historiográficos sobre ditadura na América Latina e especialmente no Brasil. A autora afirma que o fim da década de oitenta foi um momento em que surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a luta armada escritas por ex-militantes ou por jornalistas contemporâneos. Nessas obras é enfatizado o

¹⁶ Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes Por Grimaldo Carneiro Zachariadhes

sentido de resistência desta História. A sua luta teria sido, sobretudo, de resistência à ditadura e pelo restabelecimento da democracia violada em 1964.

Para Rollemberg(2012), parte da esquerda retratou o período de uma maneira equivocada, partindo da premissa que toda sociedade foi submetida ao longo da ditadura pela força da repressão e que as perseguições aos movimentos sociais, às instituições políticas e sindicais e às lideranças e aos militantes eram criticadas por todos que sabiam sobre o assunto. E que diante da arbitrariedade, a sociedade resistiu. O fim do regime fora resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia, com os guerrilheiros como mártires.

Foi portanto em oposição às obras de memorialismo acrítico de ex-combatentes e de jornalistas que parte da historiografia buscou se aprofundar nos grupos guerrilheiros como objetos de pesquisa. E esses trabalhos como os de R.Gillespie(1988)¹⁹ na Argentina, Gorender(1987) e Reis(1990) no Brasil, da Eugenia Palieraki(2014)²⁰sobre o Mir chileno e Clara Aldrighi no Uruguai, buscaram dessacralizar o papel da guerrilha, mesmo levando-se em conta certas discordâncias ideológicas nesse processo.

Tais trabalhos aprofundaram questões referentes a criação dos grupos armados e o certo enfoque em seus erros, presentes em todos os trabalhos do parágrafo acima, pode ser entendido por a oposição a ideia de uma esquerda heroica e vitoriosa. Para Rollemberg:

Na verdade, porém, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira. As tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas. Às vésperas de 1964, o golpe estava no ar e podia vir - e vinha - de diferentes partes(...)A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura não visava a restaurar a realidade do período anterior a 1964.A construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia - e não mais a revolução. Em jogo, a busca de legitimação, dando sentido ao passado e ao presente.
(ROLLEMBERG,2012,P 94)

Para Reis(1990) e Rollemberg,(2012) as organizações revolucionarias viam a si mesmas como vanguardas, ou seja uma “elites políticas, legitimadas e justificadas em função de uma teoria científica”²¹ Tal visão teria afastado os grupos das massas e trouxe um total desconhecimento da realidade que se queria transformar.

Não foi somente a historiografia brasileira que deu tal panorama sobre grupos revolucionários. Afonso Lessa escolheu para seu livro o título “revolución imposible”. Apesar de um enfoque um pouco diferente, o nome do texto tem certa proximidade com o trabalho de Reis Filho. Lessa é tão taxativo na impossibilidade do sucesso dos Tupamaros que em alguns momentos flerta com a clarividência. Até mesmo a escolha do grupo pela guerrilha urbana é considerada “errônea” pelo autor. Lessa afirma que o grupo ignorou o panorama internacional, como a influência dos Estados Unidos nos governos latino americanos.

Outra crítica de Lessa é direcionada pela estratégia dos tupamaros para angariar apoio do povo uruguaio. Paradoxalmente, os ataques armados contra a ditadura teriam fortalecido o governo, pois transformava os mortos em mártires mortos pelos terroristas. A morte de alguns militares e seus familiares teriam realmente causado comoção nacional, o que não surpreende dada a censura a perseguição dos contrários a ditadura e o controle de uma imprensa totalmente parcial.

Em 1983, O MIR faz um balanço de 10 anos de luta antiditatoriais e fez um balanço crítico da atuação do partido e da mesma maneira que outros grupos, buscaram encontrar os motivos da derrota. O mais curioso é que o balanço não foi feito apenas pelo grupo. Uma parte considerável da historiografia que tem o MIR como objeto de pesquisa também buscou tais respostas.

Calderon Lopez escreve “Lamentablemente fue solamente después de esta segunda derrota, que algunos sectores del partido comenzaron a realizar un balance de los 10 años de lucha contra La dictadura.” O autor também divide o capítulo de seu livro com títulos que mostram a importância dos motivos da derrota para o projeto “Subvaloración inicial de La dictadura y sobrevaloración de la fortaleza orgánica”, “Sobrevaloración de La disposición de lucha del pueblo chileno” são dois “motivos” para a derrota do MIR.

¿Por qué la política que asumió el MIR para enfrentar La dictadura fue derrotada?, sino mas bien pretende ser un aporte a un debate que esta lejos de cerrarse, sobretudo si tomamos en cuenta que muchos de los trabajos realizados hasta ahora, han sido construidos a partir de La experiencia militante de sus autores, perdiendo se em algunos casos La objetividad necesaria que les permitan constituirse en una contribución a la tarea de reconocer los errores cometidos y ser un aporte a las luchas del mañana.(LOPEZ,2009,P249)

Se Lopes ainda relativiza a dificuldade para se fechar um diagnóstico para a derrota, ele não problematiza de nenhuma maneira se a descoberta dessas causas realmente são possíveis e necessárias. Ao contrário, tal busca é necessária para um aprendizado da esquerda para as lutas do “amanhã”.

CONCLUSÃO

Não parece ser coincidência que boa parte dos grupos tenham, mesmo com nuances casuais, elaborado uma auto avaliação que deságua nos mesmo dois diagnósticos: O governo ditatorial e sua força foram subestimados e ao mesmo tempo as forças revolucionárias foram otimistas demais sobre o poder de suas fileiras.

É preciso relativizar a oficialidade tais discursos posteriores dos grupos armados. Até mesmo pela enorme perseguição dos governos ditatoriais, muitos integrantes importantes foram mortos ou presos. Houve, portanto, uma substituição dos líderes revolucionários durante a ditadura, e os documentos que reavaliaram o papel dos partidos foram assinados em alguns casos por novas lideranças.

Isso por isso não deslegitima os documentos, já que houve uma manutenção de quadros. Mas mesmo em organizações que buscavam uma única coluna vertebral, não é possível afirmar que as conclusões do líderes fosse mesma de todos. A clandestinidade e a repressão impediram que as informações e debates fossem repassados de maneira rápida. A reunião do MIR que praticamente desmantelou o grupo, é um exemplo da dificuldade de centralização das ações dos grupos.

Entrevistas com ex membros dos Montoneros, MIR, Tupamaros, ALN e MR-8 mostram a diversidade de ideias sobre o posicionamento e atuação dos grupos durante as ditaduras. Até mesmo em acontecimentos importantes, os militantes não possuem uma visão única.

A procura pelos motivos do insucesso dos movimentos armados é um caminho atraente. A parcela da historiografia que vê o papel do historiador como um modificador da realidade através da sua pesquisa, necessita saber o porquê de uma derrota tão acachapante da esquerda e aprender com os erros. O objetivo do trabalho em questão

não é questionar o papel do historiador, pois tal pretensão seria descabida para um trabalho tão curto. Ou muito menos reduzir ou desqualificar todos os trabalhos e escritos de ex-combatentes das guerrilhas. Entretanto, não se pode ignorar que o estudo da questão sobre tal prisma acaba solapando outros objetos, igualmente interessantes.

Uma crítica às ações dos movimentos armados é extremamente interessante para se estudar a guerrilha. Mas seria possível afirmar tão categoricamente que foram essas falhas que provocaram a derrota? Indo ainda mais longe, é possível para historiadores identificarem esses erros e não soarem como profetas do dia seguinte?

Não existe uma resposta fácil para tais perguntas. Não existe a possibilidade de qualquer autor ter uma imparcialidade total sobre aquilo que estuda. O passado é diretamente ligado ao presente da construção do trabalho, e não é por acaso que certos enfoques são mais escolhidos em certos ambientes econômicos e políticos. Entre a heroização das guerrilhas e a exposição de todos os seus erros, existem grandes textos, muitos citados na presente pesquisa, e os extremos geralmente devem ser evitados pela visível complexidade do tema. Resta-se saber quais caminhos a historiografia das ditaduras do cone sul irá trilhar nos próximos anos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRIGHI, Clara. La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Montevideo, Trilce, 2001.

DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda. PADRÓS, Enrique. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973),UFRGS,2009 .

GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro? 20ª ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1980.

GILLESPIE, Richard. Montoneros:soldados de Perón ,Buenos Aires, 2000.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.2ª ed. São Paulo, Ática, 1987..

LESSA, Afonso. La revolución imposible : los Tupamaros y el fracaso de la viá armada en el Uruguay del siglo XX. Montevideo Ed. Fin de Siglo 2004

Calderón López, José. «La política del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante los dos primeros años de la dictadura militar (1973-1975)». Tese de lic. Santiago de Chile: Departamento de Historia, Universidad de Santiago de Chile, 2009.

NAHUM, Benjamin; et al. El fin del Uruguay liberal 1959-1973. Montevideo: Banda Oriental, 1994. t. 8. 184 p.

NAHUM, Benjamín. Manual de Historia del Uruguay 1903-1990. Montevideo: Banda Oriental, 1995. 383 p.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 875f. Porto Alegre. Tese. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. Tempo e Argumento,Florianópolis, v.1, n.1, jan./jun.2009

PALIERAKI.La revolución ya viene : el MIR chileno en los años

sesenta. Eugenia. Santiago de Chile : LOM ediciones, 2014.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. Rev. hist. n.153 São Paulo dez. 2005.

REIS FILHO, D. A. A revolução faltou ao encontro. São Paulo, Brasiliense. 1990

REMOND, R.(org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.